

Inclusão e Acessibilidade em uma cidade do Noroeste do Paraná

Julia Zancanaro Damas, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Anna Laura Faria Tomazi, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Maria Eduarda Farinha Dall Est, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Margarethe Ferreira, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Wilian Alexsandro Bispo Geraldi, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Camila Pereira da Silva, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Kauany Rafaela Silva Ferreira, Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Elaine Cristina Costa Lopes, Docente do curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, elaine.costa@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A deficiência deve ser compreendida como uma condição multifatorial que envolve não apenas alterações biológicas, mas também a interação do indivíduo com o ambiente em que está inserido. Nesse sentido, a limitação funcional não depende exclusivamente da condição clínica, mas também das barreiras físicas, sociais e atitudinais presentes no meio (OMS, 2003).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma parcela significativa da população mundial vive com algum tipo de deficiência, sendo esta considerada uma importante questão de saúde pública. No Brasil, essa realidade também se destaca, especialmente em indivíduos com limitações motoras, que frequentemente encontram dificuldades no acesso a espaços urbanos e serviços essenciais (OMS, 2022; IBGE, 2021).

A Atenção Primária à Saúde tem papel fundamental na promoção da equidade, atuando na identificação das necessidades dessas pessoas e no desenvolvimento de estratégias de cuidado integral. No entanto, ainda existem

desafios relacionados à acessibilidade e à inclusão, o que compromete a qualidade da assistência prestada (Brasil, 2010).

Nesse contexto, o fisioterapeuta neurofuncional possui atuação essencial na reabilitação e promoção da independência funcional, contribuindo para melhora da mobilidade, equilíbrio e desempenho nas atividades de vida diária. Além disso, esse profissional também atua na orientação sobre adaptações ambientais e uso de tecnologias assistivas (Brasil, 2015).

Assim, torna-se fundamental analisar como os espaços urbanos estão organizados e se estes realmente atendem às necessidades da população com deficiência, garantindo autonomia, segurança e participação social (ABNT, 2020).

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa observacional, descritiva, de abordagem qualitativa, realizada na cidade de Campo Mourão, com o objetivo de analisar as condições de acessibilidade e funcionalidade de pessoas com deficiência em espaços públicos de uso coletivo.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre acessibilidade, inclusão social e funcionalidade, utilizando como base documentos normativos e científicos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Norma Brasileira NBR 9050 e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Posteriormente, foram selecionados locais públicos para observação, incluindo unidades de saúde, praças, instituições de ensino e espaços destinados ao lazer, por apresentarem grande circulação de pessoas e relevância social dentro do município.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta dos ambientes, utilizando um checklist elaborado pelos autores para avaliar a presença de rampas de acesso, corrimãos, largura das portas, condições das calçadas, sanitários adaptados, sinalização acessível e possíveis barreiras arquitetônicas.

As informações obtidas foram registradas por meio de anotações descritivas, permitindo a análise comparativa dos locais observados, com a finalidade de identificar fatores facilitadores e barreiras relacionadas à acessibilidade e à participação social da pessoa com deficiência.

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

Apesar da existência de leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência, observa-se que muitos espaços urbanos ainda não estão devidamente preparados para atender às necessidades dessa população. Na

prática, indivíduos com deficiência enfrentam dificuldades frequentes relacionadas à locomoção, ao acesso a serviços e à participação social, principalmente em decorrência da ausência de adaptações estruturais adequadas.

Grande parte dessas barreiras passa despercebida pela população em geral, porém impacta diretamente a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. A falta de acessibilidade compromete não apenas o deslocamento, mas também o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer, limitando a independência funcional desses indivíduos.

Além disso, destaca-se que muitas dessas dificuldades não estão associadas exclusivamente à condição clínica do indivíduo, mas sim à forma como o ambiente está organizado. Espaços urbanos mal planejados, calçadas irregulares, ausência de rampas e sinalização inadequada são fatores que contribuem para a exclusão social e redução da participação ativa na comunidade.

Dessa forma, o problema central deste estudo está relacionado à presença de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e sociais que dificultam a inclusão e comprometem a funcionalidade das pessoas com deficiência. Assim, torna-se fundamental analisar essas condições, a fim de promover reflexões e propor melhorias que favoreçam a acessibilidade e a equidade no ambiente urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos locais avaliados evidenciou que a acessibilidade ainda apresenta falhas significativas, mesmo em espaços públicos de grande circulação.

Foram observadas inadequações como:

- Rampas inexistentes ou fora dos padrões
- Calçadas irregulares
- Ausência de corrimãos
- Falta de sanitários adaptados
- Sinalização insuficiente

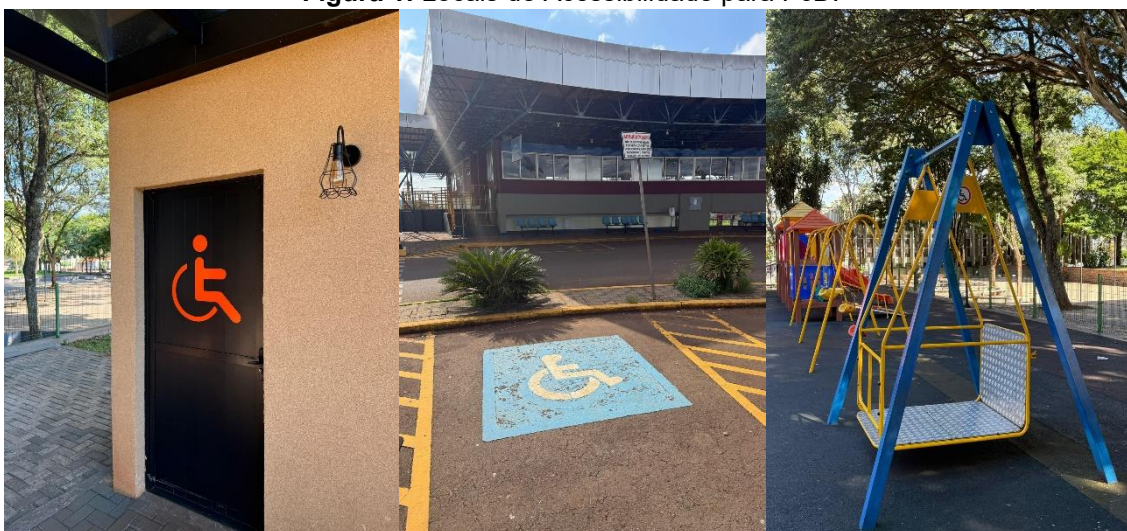
Essas condições dificultam a mobilidade e comprometem a segurança dos usuários, especialmente cadeirantes e pessoas com deficiência visual.

Além das barreiras físicas, também foram identificados aspectos relacionados à falta de planejamento urbano inclusivo e à ausência de conscientização social sobre a importância da acessibilidade.

De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), a funcionalidade está diretamente relacionada à interação entre o indivíduo e o ambiente. Dessa forma, ambientes não acessíveis contribuem para a limitação da participação social e aumento da dependência.

Os resultados reforçam que a acessibilidade deve ser pensada de forma ampla, indo além de adaptações estruturais, incluindo também aspectos sociais e organizacionais.

Figura 1: Locais de Acessibilidade para PcD.



Fonte: Arquivo Pessoal (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu compreender a importância da acessibilidade na promoção da autonomia e qualidade de vida das pessoas com deficiência. Observou-se que, apesar dos avanços legislativos, ainda existem diversas barreiras que dificultam a inclusão social e o acesso pleno aos espaços urbanos.

Dessa forma, torna-se necessário investir em melhorias estruturais, planejamento urbano inclusivo e conscientização da sociedade, visando garantir o direito de ir e vir de toda a população.

Além disso, destaca-se o papel do fisioterapeuta na promoção da funcionalidade e na orientação quanto à adaptação do ambiente, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Funcionalidade; Inclusão social; Deficiência; Fisioterapia neurofuncional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). São Paulo, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global report on health equity for persons with disabilities. Geneva, 2022.

SANTOS, A. F. et al. Acesso e acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 2024.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. Controle Motor: teoria e aplicações práticas.